

PUBLICADO
EM 04/07/2019
J.O.M



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

LEI N° 534/2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMARGOSA, DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Amargosa para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições das alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII - as disposições gerais.

Capítulo II

DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 2º A programação das ações e metas administrativas prioritárias para o exercício financeiro de 2020 estarão em consonância com as diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano Plurianual 2018-2021.

Parágrafo Único. Na elaboração e durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2020, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas no anexo de que trata o *caput*, aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000

Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Art. 3º No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e regularização fundiária;
- IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- V - priorização para os projetos de educação, proteção para criança e adolescente, saúde e saneamento básico;
- VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;
- VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da cobrança dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança desses tributos e da Dívida Ativa;
- VIII - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas de governo, bem como a iniciativa privada.

Art. 4º As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício financeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

Capítulo III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;
- II - subfunção, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III - programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV - atividade, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000

Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

V - projeto, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - categoria de programação, a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - transposição, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - remanejamento, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - transferência, o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive abertura de créditos adicionais;

XIII - passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI - crédito adicional especial, as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - crédito adicional extraordinário, as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

XVIII - unidade orçamentária consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - unidade gestora, Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária, gerência e controle;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa, a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII - provisão, ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - descentralização interna é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão, secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, ou de uma mesma entidade, autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente;

XXV - descentralização externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

XXVI - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

XXVII - conveniente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XXVIII - execução física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará a despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão, unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por categorias econômicas, grupo de natureza de despesa (GND) e modalidade de aplicação.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000

Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Art. 7º Na execução orçamentária a classificação da despesa, segundo sua natureza, observará a estrutura constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa com iguais características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista nesta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º A modalidade de aplicação constitui-se em informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

§ 6º As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º O elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto do gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, inclusive apuração de custos, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

§ 9º As fontes de recursos de que trata o *caput*, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Art. 8º A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, além da mensagem e do respectivo texto do projeto de lei, será composta de:

- I - quadros orçamentários consolidados;
- II - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativos e informações complementares.

§ 1º O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

- I - a receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo 01 definido pela Lei nº 4.320/64;
- II - a receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo 02 definido pela Lei Federal nº 4.320/64;
- III - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do *caput* deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

- I - demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96 e nº 53/06;
- II - demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e Lei Complementar nº 141/2012;
- III - demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- IV - as tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

Art. 9º A receita será detalhada, na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e origens, conforme classificação estabelecida nos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normas complementares pertinentes.

Art. 10 A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I - dos tributos de sua competência;



II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por decisão do Conselho Municipal venha a executar;

IV - dos convênios e **contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;**

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente;

X - de outras rendas.

Art. 11 Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 12 O Orçamento Analítico, também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita por fonte de recursos.

Art. 13 A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas pelos seus valores brutos, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º Os Fundos e Entidades Municipais legalmente instituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

Art. 14 Os créditos Orçamentários consignados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos.

§ 1º A descentralização será processada mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida nesta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão e unidade de origem.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

§ 2º As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 3º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 4º O Órgão ou unidade orçamentária e gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 5º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - descentralização de crédito externo é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 6º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

Capítulo IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 15 Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2020, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.

Art. 16 A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2019.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Art. 17 A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo órgão competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18 A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 19 Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirá novos projetos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - houver viabilidade técnica e econômica;

III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;

IV - ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

Parágrafo Único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho do exercício em curso, ultrapassem 60% (sessenta por cento) do seu custo total estimado.

Art. 20 As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem como as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 21 Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa e observadas às vedações e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22 O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2019, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de consolidação com a proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

§ 1º Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido na Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II - o disposto no Parecer Normativo nº 012/06, de 26 de abril de 2006, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

III - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

§ 2º O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais estabelecidos na legislação vigente, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo anterior tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada o até o mês de junho projetado até dezembro de 2019.

Art. 23 Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 15 de agosto, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 24 O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2019, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2020 conforme determina o art. 100, § 5º da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número e tipo do precatório;
- III - tipo da causa julgada;
- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor a ser pago; e,
- VII - data do trânsito em julgado.

Art. 25 Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 51 desta Lei.

Art. 26 É autorizada a inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencha uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e outras áreas de interesse público;



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - sejam qualificadas como organizações sociais.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos de subvenções e auxílios, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos bem como o cumprimento das metas e objetivos acordados.

§ 2º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a Lei 13.019/2014 e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 27 A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 28 A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante não superior a 1,5% (um e meio por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2020, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 29 O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

§ 1º Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

§ 2º Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Art. 30 Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 31 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos adicionais suplementares ou especiais.

Parágrafo Único. No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 32 O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 33 Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

Seção II

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34 O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único. A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e das Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06.

Art. 35 O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculadas as funções de previdência, assistência social e saúde.

Parágrafo Único. A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012.

Art. 36 Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivo a assistência e previdência social;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

Seção III

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO

Art. 37 Com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas nos anexos desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

orçamentária, detalhado no mínimo nos seguintes agrupamentos: Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos.

§ 1º O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

§ 2º O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, também promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38 Ocorrendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos que integram esta Lei, adotar-se-á os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2020, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

§ 1º Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 2º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 Projetos de Lei poderão ser elaborados no sentido de rever e atualizar a legislação tributária, e também visando modernizar a administração das finanças do Município e incrementar a arrecadação municipal.

Art. 40 O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, da constante atualização do cadastro dos contribuintes e a execução permanente de programas de fiscalização.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 41 Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

Art. 42 As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2019 e projetadas para o exercício de 2019, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 43 No exercício financeiro de 2020 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 45 O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 46 A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 47 A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Desenvolvimento Institucional adotará as medidas necessárias para implantação de sistema de apuração de custos que possibilite o controle e acompanhamento dos gastos incorridos nas ações orçamentárias.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48 Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para contratação de obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 49 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 50 Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais definidos pelo Governo Federal.

Art. 51 Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II - a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;

III - a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e ou União;

IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

V - ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 52 Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo I - Metas Fiscais
- Anexo II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Anexo III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Anexo IV - Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido
- Anexo V - Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- Anexo VI - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- Anexo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- Anexo VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo IX - Riscos Fiscais;
- Anexo X - Descritivo da Metodologia da Projeção das Metas Fiscais.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

Parágrafo Único. Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2020, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado.

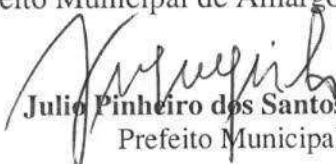
Art. 53 Os Anexos da Lei do Plano Plurianual e desta Lei serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 54 Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante será executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 55 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 56 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Amargosa, em 04 de julho de 2019.


Julio Pinheiro dos Santos Junior
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

Especificação	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	81.511.471,03	80.672.477,24	0,0300 %	118,0300 %	84.946.547,00	84.040.173,73	0,0300 %	117,1700 %	88.952.019,00	87.542.499,36	0,0300 %	118,3300 %
Receita Primária (I)	79.394.471,00	77.557.899,16	0,0200 %	113,4700 %	81.792.187,00	80.019.680,40	0,0200 %	112,6200 %	85.399.951,00	84.495.401,75	0,0200 %	112,2000 %
Despesa Total	81.511.471,03	80.672.477,24	0,0300 %	118,0300 %	84.946.547,00	84.040.173,73	0,0300 %	117,1700 %	88.952.019,00	87.542.499,36	0,0300 %	118,3300 %
Despesa Primária (II)	80.712.070,19	79.891.304,92	0,0300 %	116,6700 %	84.113.467,00	83.215.972,73	0,0300 %	116,0200 %	87.993.471,72	86.723.955,48	0,0300 %	118,2200 %
Resultado Primário (I - II)	-2.347.599,19	-2.333.435,66	0,0000 %	-3,4900 %	-2.321.280,00	-2.296.492,33	0,0000 %	-3,2000 %	-2.293.520,72	-2.268.153,60	0,0000 %	-3,0100 %
Resultado Nominal	-662.343,44	-659.525,97	0,0000 %	-0,9900 %	-135.546,82	-133.934,89	0,0000 %	-0,1900 %	-127.062,06	-125.956,72	0,0000 %	-0,1700 %
Dívida Pública Consolidada	51.018.109,92	50.821.601,27	0,0200 %	-74,0900 %	50.902.379,07	50.399.254,81	0,0200 %	-70,2100 %	50.947.967,17	50.097.986,48	0,0200 %	-66,5400 %
Dívida Consolidada Líquida	51.018.332,31	50.491.923,58	0,0200 %	-73,8700 %	50.881.286,49	50.338.386,90	0,0200 %	-70,1900 %	50.794.224,43	50.192.967,40	0,0200 %	-68,6800 %
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas de PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)												

FONTE: LDO/LOA 2019 e Balanço Orçamentário 2019

Variáveis	2020	2021	2022
Inflação média projetada com base em índices oficiais	4,00%	3,70%	3,76%
Índice de Deflação	1,0400%	1,0786%	1,1184%
PIB do Estado em R\$	318.206.127.052,81	330.010.893.753,76	330.010.893.753,76
Receita Corrente Líquida	69.031.471,00	72.499.547,00	73.112.119,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2, inciso I)

Especificação	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) X 100
Receita Total	66.158.779,00	0,0225 %	103,4682 %	64.687.768,91	0,0220 %	101,1676 %	-1.471.010,09	-222,0000 %
Receita Primária (I)	65.717.834,00	0,0223 %	102,7785 %	64.496.502,47	0,0219 %	100,6685 %	-1.221.331,53	-185,0000 %
Despesa Total	66.159.779,00	0,0225 %	103,4682 %	66.966.533,03	0,0228 %	104,7314 %	607.754,03	122,0000 %
Despesa Primária (II)	65.830.361,00	0,0224 %	103,0484 %	66.342.870,06	0,0225 %	103,7581 %	452.509,06	88,0000 %
Resultado Primário (I - II)	-172.527,00	0,0000 %	-0,2698 %	-1.846.367,59	-0,0006 %	-2,8878 %	-1.673.840,59	97,019,0000 %
Resultado Nominal	-519.839,99	-0,0001 %	-0,9129 %	-5.345.200,48	-0,0018 %	-8,3595 %	-4.825.361,49	92,824,0000 %
Dívida Pública Consolidada	59.263.639,05	0,0201 %	92,6946 %	51.673.614,22	0,0175 %	80,5143 %	-7.590.024,83	-1,280,0000 %
Dívida Consolidada Líquida	54.150.443,64	0,0184 %	84,6879 %	49.515.563,38	0,0168 %	77,4392 %	-4.634.880,26	-855,0000 %

FONTE: LDO/LDA 2018 e Balanço Orçamentário, 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

Especificação	Valores a preços correntes											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	57.391.545,16	64.697.768,91	0,1271 %	75.561.772,00	0,1680 %	81.511.471,00	0,0767 %	84.946.547,00	0,0421 %	88.562.019,00	0,0425 %	
Receita Primária (I)	56.898.622,78	64.496.502,47	0,1335 %	72.165.180,00	0,1169 %	79.364.471,00	0,0850 %	81.792.197,00	0,0437 %	85.369.951,00	0,0441 %	
Despesa Total	57.123.313,55	65.966.533,03	0,1723 %	75.561.772,00	0,1263 %	81.511.471,00	0,0787 %	84.946.547,00	0,0421 %	88.562.019,00	0,0425 %	
Despesa Primária (II)	56.304.282,18	66.342.670,06	0,1782 %	74.959.772,00	0,1298 %	80.712.070,19	0,0767 %	84.113.457,00	0,0421 %	87.693.471,72	0,0425 %	
Resultado Primário (I - II)	594.340,60	-1.846.367,59	-4,1065 %	-2.794.592,00	0,5135 %	-2.347.599,19	-0,1600 %	-2.321.260,00	-0,0113 %	-2.293.520,72	-0,0120 %	
Resultado Nominal	4.491.145,12	-5.345.200,48	-2,1901 %	2.163.112,37	-1,4046 %	-662.343,44	-1,3061 %	-135.045,62	-0,7362 %	-127.062,06	-0,0592 %	
Dívida Pública Consolidada	59.561.446,28	51.673.614,22	-0,1325 %	51.415.246,15	-0,0050 %	51.158.169,92	-0,0050 %	50.902.379,07	-0,0051 %	50.647.867,17	-0,0051 %	
Dívida Consolidada Líquida	54.866.763,86	49.515.563,39	-0,0975 %	51.678.675,75	0,0436 %	51.016.332,31	-0,0129 %	50.881.296,49	-0,0027 %	50.754.224,43	-0,0025 %	

Especificação	Valores a preços constantes											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	53.787.764,91	62.349.656,78	0,1591 %	75.561.772,00	0,2119 %	80.672.477,24	0,0676 %	84.040.173,73	0,0417 %	87.582.496,36	0,0421 %	
Receita Primária (I)	53.325.794,56	62.165.303,59	0,1657 %	72.165.180,00	0,1608 %	77.557.869,16	0,0747 %	80.919.480,40	0,0433 %	84.455.401,79	0,0436 %	
Despesa Total	53.536.361,02	64.546.055,93	0,2056 %	75.561.772,00	0,1706 %	80.672.477,24	0,0976 %	84.040.173,73	0,0417 %	87.582.496,36	0,0421 %	
Despesa Primária (II)	52.768.774,30	63.944.935,00	0,2117 %	74.959.772,00	0,1722 %	79.881.304,62	0,0956 %	83.215.972,73	0,0417 %	86.723.555,48	0,0421 %	
Resultado Primário (I - II)	557.020,24	-1.779.631,41	-4,1949 %	-2.794.592,00	0,5703 %	-2.323.435,46	-0,1686 %	-2.295.492,33	-0,0116 %	-2.268.153,69	-0,0124 %	
Resultado Nominal	4.209.133,00	-0.162.000,40	-2,2240 %	2.153.112,37	-1,4198 %	-655.525,97	-1,3030 %	-133.804,89	-0,7362 %	-125.856,72	-0,0595 %	
Dívida Pública Consolidada	55.821.411,70	49.805.693,22	-0,1078 %	51.415.246,15	0,0323 %	50.831.801,27	-0,0153 %	50.358.254,51	-0,0054 %	50.087.696,48	-0,0054 %	
Dívida Consolidada Líquida	51.415.698,65	47.725.644,22	-0,0718 %	51.678.675,75	0,0828 %	50.491.223,58	-0,0230 %	50.338.396,99	-0,0031 %	50.192.867,40	-0,0029 %	

Fonte: LDO/LOA 2019 e Balanço Orçamentário 2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	-10.923.143,69	100,00 %	-21.623.715,07	100,00 %	-20.622.292,54	100,00 %
Total	-10.923.143,69	100,00 %	-21.623.715,07	100,00 %	-20.622.292,54	100,00 %

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
Total						

Nada a declarar

FONTE: Balanço Patrimonial 2016, 2017 e 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

Receitas Realizadas	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
Receita de Capital - Alienação de Ativos (I)	58.400,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	58.400,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

Despesas Executadas	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)			
Despesas de Capital			
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência			
Regime Geral da Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			

Nada a declarar

Saldo Financeiro	2018 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2017 (h) = ((Ib - IId) + IIIi)	2016 (i) = (Ic - IIIf)
Valor (III)	58.400,00	0,00	0,00

FONTE: Balanço Patrimonial 2016, 2017 e 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a')

R\$ 1,00

Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Plano Previdenciário			
Receitas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Receitas Correntes (I) Receita Contribuições dos Segurados Pessoal Civil Pessoal Militar Receita de Contribuições Patrimoniais Pessoal Civil Pessoal Militar Em Regime de Parcelamento de Débitos Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patronais Receitas de Serviços Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outras Receita Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) Demais Receitas Correntes Receitas de Capital (III) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital Total da Receitas Previdenciárias RPPS - (IV) = (I + III - II)	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		
Despesas Previdenciárias - RPPS			
Administração (V) Despesas Correntes Despesas de Capital Previdência (VI) Benefícios - Civil Benefícios - Militar Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias Total das Despesas Previdenciárias RPPS (VII) = (V + VI) Resultado Previdenciário VIII) = (IV - VII)	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores			
Valor	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		
Reserva Orçamentaria do RPPS	2018	2017	2016
Valor	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	2018	2017	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		
Bens de Direitos do RPPS	2018	2017	2016
Bens de Direitos do RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos	<i>Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social</i>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a')

R\$ 1,00

Plano Financeiro			
Receitas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Receitas Correntes (IX)			
Receitas de Contribuições dos Segurados			
Pessoal - Civil			
Pessoal - Militar			
Receitas de Contribuições Patronais			
Pessoal - Civil			
Pessoal - Militar			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patronal			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receitas de Serviços			
Outras Receita Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS			
Demais Receitas Correntes			
Receitas de Capital (X)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
Total da Receitas Previdenciárias RPPS - (XI) - (IX + X)			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Despesas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Administração (XII)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
Previdência (XIII)			
Benefícios - Civil			
Benefícios - Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
Total das Despesas Previdenciárias RPPS (XIV) = (XII + XIII)			
Resultado Previdenciário (XV) = (XI - XIV)			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d anterior) + (c)

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

FGNTE: Balanço Patrimonial 2016, 2017 e 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a')

R\$ 1,00

Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Plano Previdenciário			
Receitas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Receitas Correntes (I) Receita Contribuições dos Segurados Pessoal Civil Pessoal Militar Receita de Contribuições Patrimoniais Pessoal Civil Pessoal Militar Em Regime de Parcelamento de Débitos Receita Patrimonial Receitas Imobiliárias Receitas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patronais Receitas de Serviços Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outras Receita Correntes Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) Demais Receitas Correntes Receitas de Capital (III) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital			
Total da Receitas Previdenciárias RPPS - (IV) = (I + III - II)			
Despesas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Administração (V) Despesas Correntes Despesas de Capital Previdência (VI) Benefícios - Civil Benefícios - Militar Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias			
Total das Despesas Previdenciárias RPPS (VII) = (V + VI)			
Resultado Previdenciário VIII) = (IV - VII)			
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	2018	2017	2016
Valor			
Reserva Orçamentaria do RPPS	2018	2017	2016
Valor			
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	2018	2017	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS			
Bens de Direitos do RPPS	2018	2017	2016
Bens de Direitos do RPPS Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea 'a')

R\$ 1,00

Plano Financeiro			
Receitas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Receitas Correntes (IX)			
Receitas de Contribuições dos Segurados			
Pessoal - Civil			
Pessoal - Militar			
Receitas de Contribuições Patronais			
Pessoal - Civil			
Pessoal - Militar			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patronal			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receitas de Serviços			
Outras Receita Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS			
Demais Receitas Correntes			
Receitas de Capital (X)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
Total da Receitas Previdenciárias RPPS - (XI) - (IX + X)			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Despesas Previdenciárias - RPPS	2018	2017	2016
Administração (XII)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
Previdência (XIII)			
Benefícios - Civil			
Benefícios - Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
Total das Despesas Previdenciárias RPPS (XIV) = (XII + XIII)			
Resultado Previdenciário (XV) = (XI - XIV)			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d anterior) + (c)

Município vinculado ao Regime Geral da Previdência Social

FONTE: Balança Patrimonial 2016, 2017 e 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores Programas Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2020	2021	2022	
			<i>Sem movimento</i>			

FONTE: LDO/LOA 2019 e Balanço Orçamentário 2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Eventos	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	59.496,99
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	-1.189,94
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	58.307,05
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	58.307,05
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida (V) = (III - IV)	58.307,05

FONTE: Balanço Patrimonial 2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

AMF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	200.000,00
Outros Passivos Contingentes	345.307,36	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência.	345.307,36
Subtotal	545.307,36	Subtotal	545.307,36

Demais Riscos Fiscais Passivos		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	4.075.573,55	Limitação de Empenho.	4.075.573,55
Discrepância de Projeções	1.857.391,30	Abertura de Créditos Adicionais a partir da redução das dotações inerentes as despesas discricionárias.	1.857.391,30
Subtotal	5.932.964,85	Subtotal	5.932.964,85
Total	6.478.272,21	Total	6.478.272,21

FONTE: Balanço Patrimonial 2019

ANEXO X – LDO 2020
MEDODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Baseado nos pressupostos técnicos exigidos pelo art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram adotados os devidos critérios para que o estabelecimento das metas fiscais do município contemplasse as perspectivas reais de arrecadação e aplicação de recursos da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2020 e os dois exercícios financeiros subsequentes.

2. MEMÓRIA E METODOLOGIA DOS CÁLCULOS

Em atendimento ao disposto no Inciso II, §2, do art. 4º da LRF, que determina a obrigatoriedade dos demonstrativos de metas anuais serem instruídos com a memória e a metodologia de cálculo para evidenciar como tais valores foram obtidos, apresenta-se a seguir a metodologia e os critérios aplicados na projeção das metas fiscais.

2.1 PROJEÇÃO DA RECEITA

Para as receitas foi utilizada uma série histórica das receitas arrecadadas, viabilizando estimativas mais realísticas dentro da estabilidade histórica das informações estudadas.

As projeções das receitas de transferências, que representam importante fonte de financiamento do orçamento municipal, foram baseadas nas informações disponibilizadas pelos órgãos dos Governos Federal e Estadual, a exemplo da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Secretaria da Fazenda do Estado da



Bahia, Fundo Nacional de Saúde – FNS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, órgãos estes responsáveis pelos repasses.

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE AMARGOSA

ESTIMATIVA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
TABELA I - QUADRO DE RECEITAS
LDO - 2020

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	APRECIADA			ORÇADA		PROJEADA	
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	88.078.519	87.240.820	83.941.170	83.111.772	69.061.471	72.496.547	76.112.019
1.1.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.814.011	4.307.262	5.040.274	5.063.806	6.869.077	6.162.031	6.489.637
1.1.1.0.00.0.0	Impostos	3.183.733	3.840.445	4.224.581	4.310.176	4.950.883	5.195.427	5.458.350
1.1.2.0.00.0.0	Taxas	430.278	466.817	815.693	753.628	908.194	953.604	1.001.287
1.2.0.00.0.0	Contribuições	224.078	429.141	858.195	481.600	1.290.000	1.354.600	1.422.225
1.3.0.00.0.0	Receita Patrimonial	461.909	482.822	132.864	398.892	147.000	154.390	162.068
1.6.0.00.0.0	Receita de Serviços	-	68.169	463.638	462.644	695.660	724.133	780.339
1.7.0.00.0.0	Transferências Correntes	82.981.150	81.704.682	87.368.001	86.465.230	60.518.744	63.946.683	67.134.656
1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	39.613.575	35.056.568	38.712.468	39.018.563	39.771.202	41.758.712	43.854.239
1.7.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.254.548	5.909.137	5.995.098	6.182.677	6.788.542	7.122.971	7.474.116
1.7.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	-	220.000	-	220.000	220.000	220.000
1.7.5.0.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	11.113.037	10.726.947	12.438.435	11.264.006	14.139.000	14.845.000	16.889.300
1.9.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	754.382	246.475	80.291	272.100	167.000	164.860	173.096
2.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	1.443.811	142.925	746.599	12.460.000	12.460.000	12.460.000	12.460.000
2.1.0.00.0.0	Operações de Crédito	-	-	-	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
2.2.0.00.0.0	Alienação de Bens	-	-	50.400	-	-	-	-
2.4.0.00.0.0	Transferências de Capital	1.443.811	142.925	688.199	9.460.000	9.460.000	9.460.000	9.460.000
TOTAL GERAL DA RECEITA		89.522.330	87.383.745	84.687.769	95.571.772	81.521.471	84.956.547	88.572.019
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		88.078.519	87.240.820	83.941.170	83.111.772	69.061.471	72.496.547	76.112.019
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (0,6%)		-	-	-	-	346.307	362.483	380.560
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		-	-4%	13%	17%	8%	4%	4%

FONTE: Balanço Orçamentário

Para correção das distorções ocasionadas pela perda do poder aquisitivo da moeda, utilizou-se o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, contemplando a variação ocorrida nos três exercícios anteriores, a projeção para 2019 e para os três exercícios subsequentes, conforme parâmetros definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e no relatório de inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil.

VARIÇÃO DO IPCA		
	ANO	%
I B G E	2016	6,29%
	2017	2,95%
	2018	3,75%
B A C E N	2019	4,20%
	2020	4,00%
	2021	3,70%
	2022	3,70%

Fontes: IBGE / BACEN

2.2 PROJEÇÃO DA DEPESA

As metas anuais das despesas do município foram calculadas a partir da execução orçamentária dos exercícios financeiros de 2016, 2017 e 2018 e da despesa autorizada na Lei Orçamentária de 2019, conforme especificado na tabela a seguir:

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE AMARGOSA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
TABELA II - QUADRO DE DESPESAS
LDO - 2020

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA ¹			ORÇADA	PROJETADA		
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
3.0	DESPESAS CORRENTES	54.087.805	54.878.859	63.617.913	59.861.749	65.420.334	68.177.294	71.079.037
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.098.511	30.624.854	36.290.901	34.436.326	37.147.826	38.713.319	40.361.624
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	2.000	2.157	2.249	2.344
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.988.293	24.253.805	27.327.012	25.423.423	28.270.351	29.461.727	30.715.669
4.0	DESPESA DE CAPITAL	1.675.779	2.244.650	3.348.620	15.384.464	15.745.830	16.406.770	17.102.422
4.4	INVESTIMENTOS	1.426.496	1.425.623	2.724.957	14.784.464	14.949.566	15.575.929	16.236.218
4.5	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	249.284	819.036	623.663	600.000	797.244	830.841	866.203
9.0	RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	315.559	345.307	362.483	380.560
TOTAL GERAL DA DESPESA		55.763.584	57.123.319	66.966.533	75.561.772	81.511.471	84.946.547	88.562.019

¹ FONTE: Balanço Orçamentário

2.3 PARÂMETROS ECONÔMICOS

PARÂMETROS	ANOS			
	2019	2020	2021	2022
Crescimento Real do PIB do País (% a.)	2,20%	2,70%	2,60%	2,50%
IPCA (Variação % média)	4,20%	4,00%	3,70%	3,70%
Salário Mínimo (R\$)	998,00	1.040,00	1.082,00	1.123,00
Variação do Salário Mínimo	6,51%	4,21%	4,04%	3,79%
Taxa de Juros - SELIC (% em dezembro)	6,50%	7,50%	8,00%	8,00%

Fonte: PLDO 2020 - UNIÃO

2.4 METAS ANUAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário indica se os níveis de gastos orgamntários do município são compatíveis com as receitas arrecadadas. Evidencia, portanto, se as RECEITAS NÃO-FINANÇEIRAS (Receitas Fiscais) são suficientes para atender as DESPESAS NÃO – FINANÇEIRAS (Despesas Fiscais).

Em cumprimento ao inciso II do parágrafo 2º, art. 4º da LRF, foi realizado o cálculo do resultado primário, adotando-se a seguinte metodologia:

a) Os dados referentes as receitas e despesas foram extraídas das metas estabelecidas para as mesmas, conforme elucidado nos itens 2.1 e 2.2.

b) Na determinação da meta do Resultado Primário pretendida, levou-se em consideração a relação entre a Dívida Consolidada versus RCL - Receita Corrente Líquida, bem como as parcelas de amortização da dívida, programadas para 2019 e os 02 (dois) exercícios financeiros subsequentes.

c) O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Fonte: Sites da SEI-BA e IBGE Cidades e projetadas pelo IPCA

ENTE	IBGE		INFLACIONADO			
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Bahia	245.024.000	266.272.291	276.245.472	287.405.789	298.902.021	300.961.396
Amargosa	315.353	338.286	350.956	365.135	379.741	393.791
						408.361
						883.517

(R\$ 1.000)

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

RECEITAS PRIMÁRIAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	58.075.519	57.248.820	63.941.170	63.111.772	69.061.471	72.496.547	76.112.019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.914.011	4.307.262	5.040.274	5.063.806	5.869.077	6.152.031	6.459.637
Contribuições	224.078	429.141	658.199	451.500	1.280.000	1.354.500	1.422.225
Receita Patrimonial	461.909	492.922	132.866	396.592	147.000	154.350	162.068
Aplicações Financeiras (II)	461.909	492.922	132.866	396.592	147.000	154.350	162.068
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	52.981.158	51.704.052	57.386.001	56.485.230	60.918.744	63.946.683	67.134.855
Demais Receitas Correntes	794.362	314.644	543.830	734.644	846.650	868.983	933.434
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Realizadas	794.362	314.644	543.830	734.644	846.650	868.983	933.434
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	57.613.610	56.755.698	63.808.303	62.716.180	68.914.471	72.342.197	76.949.951
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.443.811	142.925	746.599	12.450.000	12.450.000	12.450.000	12.450.000
Operações de Crédito (VI)	-	-	-	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	58.400	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Alienações de Bens	-	-	58.400	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.443.811	142.925	808.199	9.450.000	9.450.000	9.450.000	9.450.000
Convênios	683.799	122.925	667.943	7.450.000	7.450.000	7.450.000	7.450.000
Outras Transferências de Capital	760.020	20.000	20.256	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.443.811	142.925	688.199	9.450.000	9.450.000	9.450.000	9.450.000
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	59.057.421	56.898.623	64.496.502	72.166.180	78.364.471	81.792.197	86.399.951
DESPESAS PRIMÁRIAS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	54.087.806	54.078.659	63.617.913	59.961.749	65.420.334	68.177.294	71.079.037
Pessoal e Encargos Sociais	32.099.511	30.624.854	38.290.901	34.436.326	37.147.826	38.713.319	40.361.024
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	-	-	-	2.000	2.157	2.249	2.344
Outras Despesas Correntes	21.988.293	24.253.805	27.327.012	25.423.423	28.270.351	29.461.727	30.715.669
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	54.087.806	54.078.659	63.617.913	59.959.749	65.418.177	68.175.046	71.076.693
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.676.779	2.244.660	3.348.620	16.384.464	16.745.830	16.406.770	17.102.422
Investimentos	1.426.496	1.425.623	2.724.957	14.784.464	14.948.586	15.575.929	16.236.218
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	249.284	819.036	623.663	600.000	797.244	830.841	866.203
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.426.496	1.425.623	2.724.957	14.784.464	14.948.586	15.575.929	16.236.218
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	-	-	-	316.669	345.307	362.483	380.660
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	55.514.301	56.304.282	66.342.870	74.959.772	80.712.070	84.113.457	87.693.472
RESULTADO PRIMÁRIO (XXIV) = (XII - XXIII)	3.543.120	694.341	-1.846.368	-2.794.592	-2.347.599	-2.321.260	-2.293.521

2.5 METAS ANUAIS DE RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal representa a variação da dívida fiscal líquida do ente, constitui um indicador da necessidade de financiamento do setor público. Os cálculos das metas anuais relativas ao referido indicador foram efetuados em conformidade com metodologia estabelecida pelo Governo Federal e normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2016 (a)	2017 (b)	2018 (c)	2019 (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	55.007.767	59.561.446	51.673.614	51.416.246	51.158.170	50.902.379	50.647.867
DEDUÇÕES (II)	4.638.148	4.700.682	2.168.051	263.430	141.838	21.093	106.357
Disponibilidade de Caixa	4.638.148	4.700.682	2.168.051	263.430	141.838	21.093	106.357
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.637.563	6.906.079	4.842.961	2.421.480	3.632.221	3.668.543	3.705.228
(-) Restos a Pagar Processados	1.999.415	2.205.397	2.684.910	2.684.910	3.490.383	3.647.450	3.811.585
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	50.369.619	54.860.764	49.515.563	51.678.676	51.016.332	50.881.286	50.754.224
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IV)	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (V)	-	-	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (VI)	-	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VII) = (III + IV - V - VI)	50.369.619	54.860.764	49.515.563	51.678.676	51.016.332	50.881.286	50.754.224
RESULTADO NOMINAL		(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
VALOR		4.491.145	-5.345.200	2.163.112	-662.343	-135.046	-127.062

2.6 METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado:

- a) das obrigações financeiras do município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

- b) das obrigações financeiras município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;

- c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 05 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos

É importante destacar, em relação aos limites de endividamento de Estados e Municípios, o que estabelece a Resolução do Senado Federal nº 40/2001:

“Art. 3º - A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a:

(...)

II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º.

Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

A Dívida Consolidada do Município está constituída principalmente por parcelamento especial de débitos das contribuições previdenciárias celebrado

junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. A composição do saldo da dívida contratada em 31.12.2018 era a seguinte:

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA		
Credor	31.12.2017	31.12.2018
Secretaria da Receita Federal - INSS	59.308.640,33	51.338.305,96
Coelba	-	187.875,80
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	-	117.979,81
Tribunal Regional do Trabalho	252.805,95	29.452,65
TOTAL	59.561.446,28	51.673.614,22

Fonte: ANEXO XVI - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - Exercício 2018
